

Título : Da « favela » ao « bairro » : diferentes usos e concepções dos espaços de uma localidade em transformação¹

Autora : Leticia de Luna Freire

Filiação Institucional : Doutoranda em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (PPGA/UFF) e Pesquisadora Associada do Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro/UFRJ)

Resumo : A partir do trabalho de campo realizado em Acari, no Rio de Janeiro, a pesquisa tem como objetivo apresentar uma etnografia das formas de apropriação e classificação dos espaços pelos moradores, contemplando em sua análise os efeitos da implantação de uma política pública desenvolvida pela prefeitura (Programa Favela-Bairro) que visa « transformar a favela em bairro popular », através tanto de intervenções no espaço físico da localidade quanto de um trabalho « educativo » junto aos moradores no sentido de alterar o modo como estes concebem e interagem com o seu meio, visto comumente como errôneo. Uma das metas do referido programa é delimitar o que é espaço público e espaço privado. Analisando o processo dessa intervenção urbana, a investigação dos diferentes sentidos das categorias « favela » e « bairro » entre os habitantes da localidade e os agentes do poder público aparece como fundamental na pesquisa antropológica.

Palavras-chave : Favela, Bairro, Comunidade.

Apesar de sua grande contribuição econômica, política e cultural, as favelas do Rio de Janeiro são, desde seu surgimento na passagem para o século XX, percebidas como espaços indesejáveis na cidade. Se, por um lado, elas vêm sendo cada vez menos percebidas como problema eminentemente sanitário ou moral, como nas décadas de 1940 e 1950, por outro, aparecem hoje com frequência na mídia como o foco transmissor da violência e da criminalidade na cidade².

A persistência desta representação negativa das favelas e seus habitantes remete-nos à sua história enquanto objeto de diferentes modalidades de controle seja por parte do poder público, seja por parte de instituições sociais, como a Igreja Católica. Diversos estudos realizados desde a década de 1970 por pesquisadores brasileiros e estrangeiros (Perlman, 1977; Valladares, 1978; Leeds & Leeds, 1978; Burgos, 1998, entre outros) permitem-nos

¹ Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

² É interessante notar a persistência dessa representação através das cartas de leitores dos jornais. No jornal O Globo, uma leitora acusa as favelas de estabelecerem um clima de guerra na cidade, defendendo sua extinção como a solução para o problema da insegurança da classe média urbana: “*é urgente remover favelas, barreiras humanas para encastelar traficantes, palco de tragédias em épocas de chuva, exemplos internacionalmente divulgados da péssima qualidade de vida que nossa sociedade oferece aos seus pobres. Nossas favelas hoje só atendem aos interesses de políticos, religiosos e bandidos. Para os cariocas, andar por vias expressas cercadas de favelas como Avenida Brasil, linhas Amarela, Vermelha e outras é como andar em Bagdá*” (23/01/04).

reconstituir esse percurso, evidenciando as representações que regeram (e regem) as intervenções do Estado sobre estes espaços. Não obstante as diferentes perspectivas, todos estes trabalhos têm em comum o fato de apontar que a descoberta da favela pelo poder público enquanto um “problema” surgiu muito mais do incômodo que estes aglomerados urbanos causavam à urbanidade do que de uma postulação de seus habitantes ou de uma vontade política de universalizar o acesso a direitos básicos de cidadania.

Criado pela prefeitura em 1993 com o objetivo de « integrar as favelas à cidade », o Programa Favela-Bairro resulta de um processo progressivo de avaliação das dificuldades e limites das experiências empreendidas até a década anterior, especialmente do fracasso e alto custo político das políticas remocionistas³, assim como da necessidade de consolidar projetos pontuais de urbanização considerados bem-sucedidos, tal como o Projeto Mutirão, desenvolvido pela prefeitura no início dos anos 1980, utilizando a mão-de-obra local para a realização de obras de infra-estrutura nas favelas. De maneira geral, pode-se dizer que o Programa Favela-Bairro surgiu da percepção, no âmbito municipal, de que era preciso criar uma forma de intervenção global nas favelas que promovesse sua « integração » e não mais a sua extinção, concentrando esforços de diversos órgãos e secretarias. Percepção que foi fortalecida no início dos anos 1990 pela realização da Conferência Mundial Rio-92⁴, durante a qual se realizou o Primeiro Seminário sobre Áreas Favelizadas, Política de Urbanização e Meio Ambiente, e pela discussão pública em torno da elaboração do primeiro Plano Diretor da Cidade, sancionado no mesmo ano (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2003)⁵.

Originalmente, o Programa Favela-Bairro é um dos sub-programas de regularização de favelas criados nesse contexto (durante a primeira gestão do prefeito César Maia), voltado para aquelas que possuem entre 500 e 2500 unidades habitacionais. Financiado, em parte, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), ele é hoje, porém, considerado o carro-chefe do conjunto dos programas levados à cabo pela atual Secretaria Municipal de Habitação. Seu objetivo institucional é “construir ou complementar a estrutura urbana principal (saneamento e democratização de acessos) e oferecer as condições ambientais de

³ Este aspecto foi amplamente enfatizado na pesquisa realizada por Licia Valladares (1978) sobre os programas de remoção de favelas.

⁴ Evento realizado na cidade com vistas a definir acordos internacionais sobre questões ambientais.

⁵ A importância desses dois eventos se deve à legitimação de uma tendência de atuação do poder público no que tange o tratamento da questão. Enquanto o seminário promovido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social no contexto da Conferência Rio-92 concluiu que a integração física e social das favelas só seria possível mediante a “articulação entre as instituições que desenvolviam o trabalho físico, aneladas aos promotores de ações sociais de educação, saúde e cultura” (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2003: anexo), o documento final do Plano Diretor Decenal da Cidade reconheceu o problema das favelas e loteamentos irregulares como questão de suma importância para o futuro do município, definindo como meta a integração das favelas à vida social e política da cidade. Além desses eventos, a Lei Orgânica Municipal, promulgada dois anos antes, definiu como um dos preceitos da política de desenvolvimento urbano (item VI do artigo 429) a « urbanização, regularização fundiária e titulação das áreas faveladas e de baixa renda, sem remoção dos moradores, salvo quando as condições físicas da área ocupada imponham risco de vida aos seus habitantes » (Lei Orgânica Municipal, 1990).

leitura da favela como bairro da cidade” (GEAP, 1993, *apud* Carvalho *et al*, 1998, p.38), ou, da forma como é frequentemente divulgado, « transformar as favelas em bairros populares » (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2002).

É justamente sobre essa transformação da favela em bairro que versa este trabalho, interessando-nos aqui identificar as diferentes leituras que se pode ter destes termos. A partir do trabalho de campo empreendido por dois anos em Acari, durante a implantação do referido programa na localidade, buscamos fazer uma etnografia do processo de transformação dessa « favela » em um « bairro », tal como proposta pela prefeitura, seguindo os atores em ação (Latour, 2000) e acompanhando os efeitos de suas ações na própria formatação da intervenção urbana. Focalizaremos aqui, entretanto, a análise dos diversos sentidos atribuídos às categorias « favela » e « bairro » entre os diferentes atores e suas implicações nas formas de conceber e habitar a cidade, em especial nas representações e usos do espaço da « rua ».

Começemos por apresentar brevemente nosso campo.

Acari localiza-se na Zona Norte do Rio de Janeiro, numa região onde predominam indústrias e residências e ocupada por uma população em geral com baixo poder aquisitivo e pouca qualificação profissional. Geograficamente, é uma área plana com poucas elevações, ou seja, não é um “morro”, termo que é comumente apreendido como sinônimo de « favela ». A cerca de 20km do centro da cidade, Acari encontra-se no cruzamento de duas importantes rodovias: a Avenida Brasil – a maior avenida da cidade, com 56km de extensão ligando a Zona Oeste e grande parte da Zona Norte ao centro - e a Avenida Automóvel Clube - que corta vários bairros em direção à Baixada Fluminense. Paralelamente a esta segunda avenida, há uma estação da linha 2 do metrô (Acari/Fazenda Botafogo), ligando Acari também a outros bairros da Zona Norte e ao centro da cidade.

A localidade começou a ser ocupada na década de 1940 por migrantes do Nordeste e de outros estados do Sudeste que vinham para a região em busca de trabalho no incipiente setor industrial. Nessa época, a localidade era “um verdadeiro brejo”, como costumam dizer os antigos moradores. Com a inauguração da Avenida Brasil e o crescente desenvolvimento de indústrias na região, a localidade começou a se expandir e a se diferenciar cada vez mais internamente. Segundo a explicação resumida de um antigo morador a respeito das transformações sofridas pela localidade, “Acari era um povoado, hoje é uma cidade”.

Nas representações de seus moradores, não é apenas pela dimensão e complexidade que adquiriu ao longo dos anos que Acari é comparado a uma “cidade”, mas por configurar em seu interior o processo dinâmico de hierarquização dos espaços urbanos. Geograficamente, Acari consiste na composição de quatro localidades distintas, cada uma contando com uma Associação de Moradores própria: o Conjunto Residencial Areal e as favelas Parque Acari,

Vila Rica de Irajá e Vila Esperança. Na verdade, a própria delimitação destas localidades é bastante difícil de ser percebida por quem é “de fora”, uma vez que o que se nota à primeira vista é muito mais uma continuidade dos espaços do que a existência de fronteiras físicas bem demarcadas. Somente ao longo de um trabalho de campo sistemático em que o etnógrafo possa se familiarizar com o ponto de vista nativo, é possível compreender que, mais do que físicas, em Acari as fronteiras são simbólicas (Souza, 2001).

Devido a seu grau mais elevado de urbanização e maior disponibilidade de bens e serviços, Parque Acari é comumente representado pelos moradores como “a Zona Sul” de Acari, assim como seus moradores são vistos como similares a uma classe média urbana, com maior poder aquisitivo e melhores condições de moradia. Não temos dados suficientes para avaliar a correspondência empírica desta classificação, mas entendemos que tal denominação não faz referência apenas às características materiais da localidade, mas a aspectos morais de sua população, que com frequência compartilha de valores semelhantes aos da classe média carioca em geral, que vê a favela e seus moradores com maus olhos. Buscando um reconhecimento enquanto uma certa elite de Acari, estes moradores acabam assim criando formas de se diferenciar daqueles que consideram ser verdadeiramente “os favelados”⁶. É nesse sentido que há, por sua vez, uma representação negativa das localidades de Vila Rica e Vila Esperança e de seus moradores, atribuída à maior incidência de sinais de pobreza, como a maior precariedade das construções das moradias, dos becos e vielas de terra batida, além da maior presença das chamadas “bocas de fumo”. No caso de Vila Esperança, que é a localidade mais recente, prevalece ainda em algumas áreas a ambiência rural que nos remete à paisagem evocada por moradores antigos do início da ocupação da região. É diante desse complexo sistema classificatório simbólico, em que Acari é concebida como uma “cidade” no interior da cidade, que os moradores costumam se referir a Parque Acari como a “Zona Sul”, Vila Rica como o “Subúrbio” e Vila Esperança como “a Zona Oeste” de Acari, reproduzindo, no âmbito local, as divisões moralmente hierarquizadas da cidade do Rio de Janeiro.

Para a prefeitura, no entanto, Acari não é mais do que uma grande e uniforme « favela », como muitas outras da cidade que, tendo desconsideradas sua grande heterogeneidade social, são classificadas sob o mesmo rótulo. Devido à sua relevância antropológica, dedicaremos aqui nossa atenção a esse confronto de percepções e sistemas classificatórios entre os representantes do poder público e a população local, iluminado a partir do processo da intervenção urbana.

Começemos por descrever o entendimento dos representantes da prefeitura sobre o que vem a ser « favela » e, por conseguinte, « bairro ».

⁶ Os significados e os usos desta terminologia serão discutidos mais adiante.

De modo geral, prevalece para o poder público a forma de compreensão e classificação dos diferentes espaços urbanos baseada em definições construídas prioritariamente em função de suas características ocupacionais, legais e estruturais. Enquanto instrumento de legitimação da política urbana municipal, o Plano Diretor oferece a definição oficial desses espaços que deve guiar as ações do poder público. Para o planejamento e controle do desenvolvimento urbano, o território da cidade encontra-se dividido em Áreas de Planejamento (AP), Regiões Administrativas (RA), Unidades Espaciais de Planejamento (UEP) e bairros. De acordo com o quarto parágrafo do artigo 42 do Plano Diretor (1992, p.25), “os bairros correspondem a porções do território que reúnem pessoas que utilizam os mesmos equipamentos comunitários, dentro de limites reconhecidos pela mesma denominação”. Já no capítulo que trata da política habitacional como forma de “assegurar o direito social de moradia e reduzir o déficit habitacional”, o artigo 138 do Plano Diretor (1992, p.64) define como seus objetivos:

- I - Utilização racional do espaço através do controle institucional do solo urbano, reprimindo a ação especulativa sobre a terra e simplificando as exigências urbanísticas, para garantir à população o acesso à moradia com infra-estrutura sanitária, transporte e equipamentos de educação, saúde e lazer;
- II – Relocalização prioritária das populações assentadas em áreas de risco, com sua recuperação e utilização imediata e adequada;
- III – Urbanização e regularização de favelas e de loteamentos de baixa renda;
- IV – Implantação de lotes urbanizados e de moradias populares;
- V – Geração de recursos para o financiamento dos programas definidos no artigo 146, dirigidos à redução do déficit habitacional e à melhoria da infra-estrutura urbana, com prioridade para a população de baixa renda.

Para fins de implementação do programa de urbanização e regularização fundiária das favelas – representado pelo Favela-Bairro -, o artigo 147 do Plano Diretor (1992, p.67) define favela como « área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação da terra por população de baixa renda, precariedade da infra-estrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e de alinhamento irregular, lotes de forma e tamanho irregular e construções não licenciadas, em desconformidade com os padrões legais ».

Como podemos notar nessa definição, as favelas são concebidas pelo poder público a partir de aspectos prioritariamente ocupacionais, estruturais e legais, sendo o termo utilizado para denominar espaços que se caracterizam pela “precariedade”, “irregularidade” e “desconformidade”. Ou seja, as favelas são vistas como espaços que crescem e se perpetuam marcados por uma virtualidade negativa, conforme refletem as palavras acima destacadas. Tais idéias coadunam com a definição dada pela engenheira da Secretaria Municipal de Habitação (SMH) por nós entrevistada. Após titubear na resposta, repetindo com surpresa a nossa pergunta (« O que é favela ? Boa pergunta... »), enfim nos responde : « Favela, na

realidade, é uma área que não tem urbanização, é uma área de invasão basicamente, sem infra-estrutura, área que não tem legalidade ». Em suma, na definição da prefeitura que pauta suas ações nesses espaços, permanece a visão da favela enquanto um espaço desviante do conjunto de normas que regem os bairros e a cidade como um todo.

Na proposta de fazer valer para as favelas as normas e padrões oficiais que guiam (ou devem guiar) as ações da prefeitura no meio urbano, as Agentes Comunitárias de Habitação desempenham um papel fundamental. Em geral, elas⁷ são moradoras da própria localidade onde está em curso a intervenção ou de outras áreas consideradas « informais » da cidade e que são contratadas temporariamente pela administração municipal para atuar enquanto « ponte entre a prefeitura e a comunidade » (Freire, 2005). Além de representarem um elo de interlocução entre os dois atores, promovendo sua integração e o repasse de informações, as agentes comunitárias têm como uma de suas funções repassar e discutir com os moradores informações e conhecimentos sobre o ambiente urbano e sobre condutas individuais e coletivas em relação à localidade atendida.

Numa das reuniões com os moradores das quais participamos, uma agente comunitária tentava a todo tempo convencê-los de um certo sentido de « favela », afirmando que « favela é um lugar onde ninguém respeita o espaço de ninguém, com um monte de barracos juntos, ‘puxadinhos’..., onde o *morador não entende nada de espaço* » (grifo nosso). Assim, tentava-se, muitas vezes com sucesso, sobrepor aos moradores a concepção negativa de favela como local da desordem urbana, onde predomina a ausência de normas e limites, onde o público e o privado se confundem.

Através da capacitação que recebiam de uma organização não-governamental, as agentes (como dissemos, em sua maioria moradoras de favelas) passavam a conhecer, incorporar e difundir os princípios racionalistas que norteiam as ações do poder público na cidade, na « busca pela forma urbana perfeita para o conteúdo visado » (Mello, Vogel et alii, 1981)⁸. Uma de suas funções, portanto, era justamente propagar esses princípios entre os moradores das áreas atendidas pelo Programa Favela-Bairro, garantindo “o uso adequado dos equipamentos implantados na comunidade através de um trabalho educativo”⁹. Com o propósito de provocar uma “mudança de atitude”, as agentes orientavam os moradores em que

⁷ Segundo material de divulgação do CIEDS, organização não-governamental que coordena o trabalho dos cerca de 150 Agentes Comunitários envolvidos nos programas habitacionais da prefeitura, 90% deles são do sexo feminino, com escolaridade média de 13 anos de estudo e idade entre 30 e 40 anos.

⁸ Segundo os autores, no discurso progressista e racionalista arquitetônico e urbanístico contemporâneos, planejar significa “distinguir e separar as funções, inventar e designar-lhes a espaços apropriados; combinar corretamente as peças para que funcionem com o mínimo de atrito possível » (p.134). O planejamento não deve, porém, ser entendido como sinônimo de racionalismo arquitetônico e urbanístico. A questão crucial deve ser sempre como planejar, a partir de que pressupostos planejar e com que objetivos.

⁹ Documento do setor de Participação Comunitária da SMH que nos foi entregue pessoalmente sobre as atividades dos Agentes Comunitários de Habitação.

áreas poderiam fazer uso particularizado do espaço, como o interior ou quintal de suas casas, e em que áreas não poderiam construir ou se apropriar para fins privativos, como as ruas e praças. Validando a importância desse trabalho educativo, um líder comunitário afirmava-nos que « o Favela-Bairro muda toda a estrutura da comunidade e, por isso, o morador também tem que ser educado para se adaptar a essa nova estrutura ».

Essa reeducação em relação aos usos dos espaços da localidade era, no entanto, experienciada pelos moradores de maneiras bastante diversas. Alguns a recebiam aparentemente sem crítica ou resistência, incorporando talvez para si a identidade de cidadão incompetente, que por « não entender nada de espaço » não sabe nele comportar-se adequadamente, devendo para tanto ser educado por aqueles que detêm tal competência. Já outros moradores percebiam este trabalho educativo das agentes comunitárias como uma forma autoritária de desapropriação dos usos cotidianos que faziam desses espaços. Certa vez, uma moradora que foi interpelada por uma agente por ter deixado sacos de cimento em frente à sua casa, que estava em obra, expressou-se bastante incomodada com a ação educativa, enunciando em voz alta e tom irônico a seguinte frase, não apenas à agente, mas a todos os demais *propriétaires naturels da rua* (Jacobs, 2000) que, por sua própria presença ali, também participavam da cena: « É, agora quem manda na rua é o César Maia, né! ». Informada pela agente da possibilidade de receber uma multa pelo uso privativo da via pública, a moradora optou, naquela situação, atender a orientação. De todo modo, o que nos parece também interessante aqui destacar é o quanto a irônica frase dessa moradora é elucidativa daquilo que Kant de Lima (2001) muito apropriadamente já destacou em suas pesquisas: que, no Brasil, por contraste a outras sociedades democráticas, como a norte-americana, a noção de espaço público está diretamente relacionada à figura do Estado, submetido ao « seu » controle e às « suas » regras, e não a uma concepção de espaço coletivo, onde as regras são universalmente conhecidas e acessíveis ao público do qual faz parte. Assim, mais do que sua transformação em *coisa pública*, na percepção da moradora a rua havia apenas mudado de dono. Se antes da intervenção urbana ela pertencia aos próprios moradores, agora ela pertencia ao prefeito da cidade, ficando submetida ao controle e às regras impostas por ele.

Mais do que um espaço físico da localidade, a rua enquanto um *lugar* (Briggs, 1972), permite-nos vislumbrar de modo ainda mais evidente o contraste de percepções entre os diferentes atores quanto aos seus significados. Apesar da escassez, constatada pelos técnicos do Programa Favela-Bairro, de espaços construídos exclusivamente para o lazer em Acari, as ruas e lajes das residências representam espaços importantes para essa função, especialmente para as crianças, que a qualquer hora do dia podem nelas ser vistas cultivando brincadeiras

tradicionais como jogar pião, futebol e soltar pipa, sem contar as festas que eventualmente nelas têm lugar. Conforme mostraram Mello, Vogel et alii (1981) em um estudo sobre o uso dos espaços coletivos para fins de lazer no bairro do Catumbi, o princípio da diversidade dá margem a muitas conjunções de espaço e atividade, concedendo à rua uma multiplicidade de significados ligados a seus usos contextuais. Tal como os autores perceberam no Catumbi, em Acari a mistura também não é um acidente, mas o estilo da vida urbana nesse local. Assim, as ruas da localidade permitem a coexistência de diversas atividades e funções: de pátio para as crianças brincarem, sozinhas ou acompanhadas de outras crianças; de extensão da casa para as mulheres, que puxam seus banquinhos para fora para papear com as vizinhas, fazer as unhas e observar o movimento da rua; de local de trabalho para vendedores ambulantes, que circulam com suas bicicletas vendendo em grandes cestas uma variedade de pães e doces; de local para a atuação ilegal dos traficantes de drogas, que privatizam pontos estratégicos das ruas para também vender seus produtos; de palco de confronto entre policiais e bandidos, durante as situações de conflito armado; ou simplesmente de local de passagem para os transeuntes, automóveis e ciclistas que por ali transitam em seus percursos diários. De acordo com o contexto, algumas atividades podem excluir outras, como ocorre durante as imprevisíveis « invasões » policiais de repressão ao tráfico de drogas, que, pela possibilidade de haver tiroteios, afastam repentinamente os demais personagens desse agitado teatro da rua, passando esta a ser imediatamente qualificada pelos moradores como perigosa. Num período de sucessivas incursões policiais na localidade, por exemplo, ouvimos um menino de dez anos lamentar o fato de que sua mãe não lhe permitia mais ficar com os seus colegas na rua, onde passava diariamente as tardes após o retorno da escola. Tal era o seu desagrado com essa medida materna de segurança que chegou a nos dizer que, para ele, o que havia de pior em morar em Acari era « não poder mais brincar na rua ».

Para a prefeitura, entretanto, a rua é o espaço público por excelência, devendo por ela e as demais esferas governamentais ser gerido e controlado, não podendo ser ocupado por ninguém de forma particularizada e opondo-se, nesse caso, ao espaço íntimo e privado da casa, estabelecido como inviolável pela Constituição Federal. Como já ressaltou DaMatta (1987), enquanto categorias sociológicas, « casa » e « rua » não designam apenas espaços geográficos ou coisas físicas mensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas de ação social. Em sua proposta de transformar a favela em bairro, o programa em questão visa definir os limites das esferas de ação e responsabilidade do poder público e dos cidadãos. Nas palavras da engenheira entrevistada, a intervenção urbana visa « definir o que é público e o que é privado na favela, quer dizer, definir até onde é responsabilidade da prefeitura fazer e até onde é responsabilidade do morador ».

Todavia, entre os moradores de Acari, as categorias « favela » e « bairro », bem como « público » e « privado », flutuam por muitas outras dimensões simbólicas. Os critérios classificatórios não são rígidos ou estáveis e tampouco se reduzem a uma tentativa de atribuir uma pretensa natureza física e organizacional a esses espaços. Dependendo das relações e forças em jogo, as categorias podem transmutar por sentidos diversos, que por vezes se distanciam, por outras se aproximam.

Assim como a administração municipal, alguns moradores de Acari reconhecem nas características ocupacionais e legais elementos que distinguem favela e bairro. Segundo a descrição de uma moradora, « favela é um monte de gente sem nenhuma educação, casas com gatos de luz e água, casas coladas uma na outra... ». Como podemos notar, esse primeiro sentido presente entre os moradores é o que a define como espaço do caos urbano, da irregularidade e ilegalidade, em oposição ao espaço regular e ordenado dos bairros - sentido semelhante ao que é, portanto, difundido por urbanistas e planejadores racionalistas, que insistem em dividir a cidade em espaços « formais » e « informais ». Ainda nessa concepção, um outro aspecto enunciado pelos moradores como aquilo que caracteriza uma favela e a distingue de um bairro é a presença do « movimento »¹⁰, que, face à ausência do Estado, atuaria como impositor de regras e regulador de conflitos na localidade. A redação de uma moradora de 18 anos elucida melhor esse aspecto :

Eu vejo Acari, uma favela pobre como são a maioria das favelas, Acari é uma favela muito boa de se morar, isto é, quando não se tem tiroteios. Quase todos os bandidos que tem respeitam os moradores, principalmente o responsável pela favela. Morador só é violentado quando faz fofoca ou quando arruma briga, que eles mandam raspar o cabelo, assim é que eu vejo o Acari.

Não é à toa, portanto, que os chefes das quadrilhas de traficantes costumam ser chamados pelos moradores dessas localidades de « o dono da favela ». Como nos resumiu uma outra moradora, « favela é um lugar sem governo, onde os meninos [traficantes] fazem o que querem ». Pensamos que talvez aqui a palavra « governo » deva ser, portanto, entendida em seu duplo sentido, significando tanto direção, condução, quanto a administração pública, ou seja, o Estado propriamente dito.

¹⁰ Por “movimento” os moradores referem-se ao tráfico de drogas local, englobando nessa denominação genérica tanto os atores humanos em suas variadas funções (traficante, olheiro, etc), quanto o conjunto de atores não-humanos (drogas, armas, dinheiro, etc) que o compõem. Segundo Misse (2007), embora essa denominação tenha aparecido pela primeira vez como jargão do jogo do bicho, hoje ela comparece na gíria de consumidores e vendedores de drogas ilícitas para representar vários e diferentes aspectos do mercado local de drogas nas favelas, conjuntos habitacionais e demais áreas da periferia habitadas por populações de baixa renda.

Já o discurso de outra jovem, de 15 anos, evidencia aspectos mais complexos do papel social desempenhado pelos traficantes, unindo ações assistenciais e vigilância dos moradores, fazendo neles cohabitar simultaneamente os sentimentos de proteção e medo :

Apesar das dificuldades em nossa comunidade, nós, jovens, temos a oportunidade de fazer diversos cursos. Sabemos que não nos levará para um emprego, mas já saberemos nos comportar em um. Temos também os bailes, os pagodes, as feirinhas onde nós podemos nos divertir. Aqui nós podemos andar de bicicleta, patins, patinete e várias outras coisas que podemos fazer nas praças, apesar que sabemos que nas praças mora o perigo, pois os traficantes estão prestando atenção em tudo em que nós fazemos. Aqui tem muitos vagabundos bons, tipo o dono da favela, que abre várias oportunidades de curso, patrocina as crianças na quadra para fazer esporte. Ele abriu uma padaria que todos os domingos dá pão para a comunidade. Uma coisa eu digo : as pessoas se sentem mais seguras nas mãos dos bandidos do que nas mãos dos policiais, pois os policiais só chegam na favela esculachando todos os moradores, não quer saber se é morador ou bandido.

Outra característica da favela claramente evocada por essa jovem é a de ser um lugar onde vigora um controle social permanente, tanto por parte dos traficantes quanto dos demais moradores. É comum dizerem que na favela todo mundo se conhece, tudo que se diz e se faz nas ruas é alvo da atenção e julgamento dos outros. Para alguns moradores, o « clima de fofoca » de Acari é, juntamente com o aumento da violência gerada pelos confrontos entre policiais e bandidos, uma motivação para o seu desejo de « sair da favela ». Ao expressarem seu incômodo, evocam ao mesmo tempo o desejo de garantir seu anonimato nas ruas e a privacidade de sua família, condições que acreditam poder encontrar fora das favelas, pois como nos relatou uma moradora, « em bairro as pessoas não ficam te olhando, te controlando ».

Além desse entendimento da favela como espaço da pessoalidade e do controle e o bairro como espaço da impessoalidade e da liberdade, pudemos identificar um sentido moral ainda mais complexo destas categorias entre os moradores, que pode ser bem exemplificado na afirmação de um antigo morador de que « a favela quem faz é o ser humano ».

Para ele e muitos outros moradores com os quais interagimos, é o estilo de vida e o comportamento das pessoas, principalmente nos espaços públicos, que atribuem o caráter de « favela » ao local e o *status* negativo de « favelados » à sua população. Entre os moradores, a categoria « favelado » possui diferentes significados, mas sua enunciação evoca sempre comportamentos percebidos como moralmente inferiores, associados ou não, como ser mal educado, falar palavrões, andar mal vestido ou sujo, consumir drogas, prostituir-se, mendigar, ser desonesto, brigar na rua, roubar, enfim, « praticar tudo de errado ». Nessas diferentes

definições, fica claro que a qualidade de ser pobre não se equipara à qualidade de ser favelado, visto que a segunda forma de classificação não está ligada à sua condição social, mas a certos valores morais. Nesse sentido, a usual expressão «sou pobre, mas sou limpinho», como tentativa de se esquivar de uma provável desqualificação por aqueles de condição social superior, que expressariam sobre si expectativas de maus hábitos e comportamentos indesejáveis, poderia aqui ser substituída por «sou pobre, mas não sou favelado».

Segundo o presidente de uma das Associações de Moradores de Acari, porém, o que distingue favela e bairro é apenas uma diferença de poder aquisitivo de seus habitantes. Falando em nome dos moradores, argumentava que «nós somos iguais aos moradores de Copacabana, porque temos o mesmo atendimento da Comlurb, da Light, da CEDAE....». Para ele, «o problema é que o favelado já se vê diferente do cara que mora no bairro». Embora rejeitasse a oposição favela/bairro, mostrando que «a diferença é apenas social», descrevia formas distintas de os moradores destes espaços lidarem, por exemplo, com os equipamentos públicos. Relatou-nos, por exemplo, que enquanto no bairro um telefone público não é depredado pelos seus próprios moradores, na favela ele seria destruído imediatamente após sua instalação por crianças ou traficantes temerosos de que os moradores o utilizem para fazer denúncias, acionando a polícia ao local. Embora considere em seu exemplo aspectos que, para além da diferença de condição social de seus habitantes, diferenciam ambos os contextos, ao final de sua fala acaba admitindo que «o que existe é diferença de pessoas». Para outra moradora, é tanto a presença do «movimento» quanto a de uma minoria de moradores que exibem hábitos e comportamentos depreciativos que atribuem ao Acari uma imagem pública negativa. Indignada com os discursos preconceituosos que tendem a homogeneizar sua população, ela nos dizia que «a favela é suja por causa de alguns moradores, e quem não tem nada com isso também sofre as consequências».

A distinção entre os moradores meramente pobres e aqueles considerados «favelados» torna-se explícita em certas situações, por exemplo, quando algum dos pavilhões da CEASA¹¹ é incendiado, atraindo moradores de diversas regiões pobres da cidade para recolherem alimentos e objetos diversos junto às cinzas, acontecimento que costuma ser amplamente divulgado pelos meios de comunicação de massa. Quando dentre estas pessoas que para lá se dirigem há moradores de Acari, tal fato é visto pelos demais moradores, sobretudo os de Parque Acari, como «vergonhoso», atribuindo essa atitude a um modo de vida favelado que

¹¹ A Central de Abastecimento do Rio de Janeiro localiza-se apenas do outro lado da Avenida Brasil, acolhendo um grande número de trabalhadores que residem em Acari.

contribui para uma desvalorização da localidade. Pois, como nos afirmou uma moradora, « são essas pessoas que fazem isso aqui ser favela ».

Diante dessa conotação pejorativa, cabe notar que praticamente nenhum morador com o qual mantivemos contatos se autodenominava como « favelado ». Esta categoria era sempre utilizada para se referir ao outro. Apenas um ou outro morador antigo raramente se auto-referia dessa forma, no intuito de resgatar a história da favela e exibir seu orgulho diante dos sacrifícios enfrentados para a sua consolidação e permanência no local. Num uso ainda mais complexo da categoria, uma antiga moradora nos dizia que se considerava « favelada » apenas enquanto estava na favela, dizendo comportar-se diferentemente quando estava em áreas consideradas mais nobres, o que era evidente em sua fala : « aqui eu sou favelada, vivo no meio de favelados. Lá fora eu sou outra pessoa ». A diferença na maneira de falar, vestir-se e expressar-se corporalmente dentro e fora da favela era tal que a moradora alegava ter « duas personalidades ».

Certamente, essa concepção moral dos termos « favela » e « favelado » está associada ao estigma produzido historicamente em relação a estes espaços urbanos e seus habitantes, isto é, à concepção da favela enquanto espaço estigmatizante. Conforme indicamos no início deste trabalho, o próprio termo « favela » vem, ao longo do tempo, adquirindo um caráter depreciativo, uma vez que em torno desses espaços se construiu no imaginário social uma série de mitos ligados à pobreza, à violência e à criminalidade, que se refletiam nas ações do poder público neles empreendidas e na consequente estigmatização de seus habitantes como pobres, violentos e marginais em potencial. Conforme sintetiza o desabafo de uma moradora, expressando as consequências sociais e psicológicas dessa estigmatização : « falam que as pessoas que moram em favelas são favelados, são viciados; falam que gente da favela é tudo bandido. Toda favela tem droga, mas eu me sinto muito mal com isso ».

No célebre livro de Goffman (1982), o autor afirma que o estigma está relacionado com a existência de expectativas que norteiam as relações sociais. Quando entramos em contato com um estranho, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, ou seja, a sua identidade social. No entanto, sem que nos apercebamos, transformamos essas preconcepções em expectativas normativas, fazendo algumas afirmativas em relação àquilo que o indivíduo à nossa frente deveria ser. Assim, demandamos por uma “identidade social virtual”, baseada em nossas expectativas normativas, em detrimento de sua “identidade social real” (*ibid.*, p.12). A estigmatização ocorre quando um dos grupos ou indivíduos envolvidos numa relação social possui um atributo não previsto e considerado negativo pelo outro. Dessa forma, estigma designa, para Goffman, “a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena” (*ibid.*, p.7).

A respeito do morador de favela, Gondim (1982) indica que o estigma não se esgota na mera situação geográfica, mas está associado a uma condição de pobreza e a uma relação de subordinação na estrutura social, as quais, em última instância, permitem a sua manipulação na política habitacional¹². Esse estigma, associado à pobreza e ao crime, afeta os mais diversos aspectos da vida dos moradores, como na busca por empregos, no envolvimento amoroso, na relação com a polícia, ou na simples aproximação com outras pessoas. Visando amenizar esse estigma, a categoria « comunidade » parece evocar, tanto para os representantes do poder público quanto para os moradores diretamente atingidos pelo processo de estigmatização, uma alternativa simbólica viável.

Em Acari, quando as agentes comunitárias aludiam nas reuniões com moradores à origem do termo favela¹³, dizendo que « favela é planta », elas tentavam desviar-se do seu aspecto estigmatizante. Em lugar desta terminologia, as agentes optavam por « comunidade », estando assim em consonância com a forma atual com que os órgãos governamentais e as organizações da sociedade civil que vêm se proliferando nessas localidades se referem a esses espaços urbanos. Além disso, « comunidade » é também um termo comumente utilizado pelos moradores para se referirem à localidade onde vivem, assim como para definir o grau de pertinência dos indivíduos a ela, ou seja, distinguindo os que são ou não « da comunidade ». Uma líder comunitária de Parque Acari, por exemplo, justifica sua preferência por este termo por considerar que « favela é um nome muito pesado », defendendo inclusive a sua extinção do nosso vocabulário urbano.

Ao invés de tomarmos « favela » e « comunidade » como categorias estáticas, devemos compreender a forma como são operacionalizadas pelos atores, sendo seus sentidos construídos e reconstruídos dinamicamente no cotidiano de suas interações sociais. Assim, percebemos, ao longo do trabalho de campo, que, entre os moradores, « comunidade carente » e « favela » são expressões que oscilam, frequentemente utilizadas para ressaltar aspectos negativos de Acari. No caso da primeira, quando se buscava acentuar a pobreza e uma carência generalizada (« aqui falta tudo »), denunciando uma situação de « abandono » da localidade por parte do poder público. No caso da segunda, quando, além destes aspectos, se

¹² “Se existe um estigma para os pobres em geral, no sentido de uma classificação por atributos negativos associados à sua condição social, então a situação de morar em favela é vista como um adicional a esses atributos e o favelado é duplamente estigmatizado. O fato de se encontrarem numa situação ilegal com relação à propriedade da terra que ocupam, torna os favelados muito mais vulneráveis à intervenção estatal de que outros grupos de baixa renda, como por exemplo, os moradores de conjuntos habitacionais e de loteamentos periféricos” (Gondim, 1982, p.32).

¹³ Segundo Medina (1964), o nome favela provém de uma planta picante que cobria os morros que circundavam Canudos, no Nordeste, e foi esse nome que soldados sobreviventes da guerra de Canudos deram ao Morro da Providência, no Rio de Janeiro, onde se instalaram quando vieram à capital da república solicitar apoio e assistência do governo, em 1900. O nome rapidamente se generalizou, passando a designar todas as formas de aglomerações de moradias com características semelhantes.

enfaticavam as diferentes formas de violência incitadas pela presença do tráfico de drogas armado nestas localidades, associando-as à noção de perigo.

Essas imagens são utilizadas sobretudo por moradores que comporiam aquilo que Silva (1967) designou como *burguesia favelada* - pessoas que monopolizam o acesso, controle e manipulação dos recursos econômicos e das decisões e contatos políticos na localidade -, em situações que envolvam alguma negociação para obter benefícios para seu grupo social. Por exemplo, quando um líder local recebe visitas de autoridades e políticos, especialmente em período pré-eleitoral, ele exhibe aos visitantes os cantos mais sujos e precários da « favela », aludindo a uma explícita negociação de troca. Em prol de melhorias em termos de serviços públicos e assistência social (e, às vezes, também em favor de interesses pessoais), os líderes prometem uma retribuição nas urnas, tornando-se importantes cabos eleitorais na localidade¹⁴. Por sua vez, entre políticos e representantes do poder público « comunidade carente » e « favela » são categorias utilizadas em situações de negociação semelhantes, isto é, quando pretendem ressaltar a necessidade de benfeitorias (realizadas ou prometidas) nessas localidades e justificar intervenções de enfrentamento do tráfico de drogas.

Por outro lado, a imagem idealizada de um grupo homogêneo e coeso - sugerido pelo sentido tradicional do conceito de comunidade – era mais utilizada pelos moradores quando queriam ressaltar aspectos positivos de Acari, tal como o presidente da Associação de Moradores que, tentando impressionar os visitantes, exibia orgulhoso seus feitos pela « comunidade ». Com efeito, ao se referirem a Acari como « comunidade » os moradores buscavam produzir uma imagem pública desvinculada do estigma homogeneizante já incutido na própria idéia de favela. De modo similar, a prefeitura vem optando por este termo como a forma *politicamente correta* de aludir a estas localidades e seus moradores.

Desse modo, vimos que tanto a denominação de Acari como « favela » ou « comunidade », assim como as distinções entre « favela » e « bairro », resultam de habilidosas negociações entre os moradores e os « de fora », dependendo sempre dos elementos em jogo nas interações e da dinâmica das situações. No âmbito da intervenção do Programa Favela-Bairro, interpretamos o « trabalho educativo » das agentes comunitárias como uma tentativa de pôr à prova o sistema classificatório dos moradores, seduzindo-lhes a adotar os significados evocados pela prefeitura, atividade que pode ou não ser bem sucedida,

¹⁴ Nem sempre esta retribuição se dá nas urnas, pois, como dizem os moradores, após as eleições os políticos tendem a « esquecer a comunidade ». Como nos afirmou uma líder local que desistiu de trabalhar em campanhas para políticos por perder a confiança neles, « o povo não é burro e tá cansado de ser enganado ». Assim, como já dizia Medina (1964, p.88), tal situação muitas vezes não passa de uma simulação, em que “o eleitor diz que vai votar mas não vota. O cabo eleitoral finge que acredita, mas não acredita. O candidato, pelo menos antes da eleição, embora já informado pelo cabo eleitoral, continua afirmando que conta com o apoio de todos”.

uma vez que os nativos aqui não são figurantes passivos, mas negociadores fundamentais nessa *política do significado* (Geertz, 1989).

Referências bibliográficas :

- BRIGGS, A. O conceito de lugar. In: *A humanização do meio ambiente*. Simpósio do Instituto Smithsiniano. São Paulo: Cultura, 1972.
- BURGOS, M. B. “Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro” In ZALUAR, A.; ALVITO, M. (orgs). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- CARVALHO, M. A. R.; CHEIBUB, Z. B.; BURGOS, M. B.; SIMAS, M. *Cultura política e cidadania: uma proposta de metodologia de avaliação do Programa Favela-Bairro*. Rio de Janeiro: FINEP/SMH-Rio/IUPERJ, 1998.
- DAMATTA, R. *A casa & a rua : espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- FREIRE, L.L. *Tecendo as redes do Programa Favela-Bairro em Acari*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro : LTC, 1989.
- GOFFMAN, E. *Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- GONDIM, L. M. A manipulação do estigma de favelado na política habitacional do Rio de Janeiro. In: *Revista de Ciências Sociais*, v.12/13, nº1/2. Fortaleza: Edições UFC, 1982.
- JACOBS, J. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo : Martins Fontes, 2000.
- KANT DE LIMA, R. Carnavais, malandros e heróis : o dilema brasileiro do espaço público. In : Gomes, L.G ; Barbosa, L ; Drummond, J.A. (orgs) *O Brasil não é para principiantes : Carnavais, malandros e heróis, 20 anos depois*. Rio de Janeiro ; FGV, 2001.
- LATOUR, B. *Ciência em ação : como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- LEEDS, A.; LEEDS, E.. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- MEDINA, C.A. *A favela e o demagogo*. São Paulo: Martins, 1964.
- MELLO, M. A. S; VOGEL, A. Lições da rua: o que um racionalista pode aprender no Catumbi. In: *Arquitetura Revista*, FAU-UFRJ, v.1, n.1, Rio de Janeiro, 1983.
- MELLO, M. A. S; VOGEL, A. et alii. *Quando a rua vira casa : a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. Rio de Janeiro : IBAM, 1981.
- MISSE, M. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. In: *Estudos Avançados*, n.21 (61), 2007.
- PERLMAN, J. E. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977
- PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. *Das remoções à Célula Urbana – evolução urbano-social das favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social da Prefeitura do Rio de Janeiro, 2003.
- _____. *Informativo Habitação – Favela-Bairro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Habitação, Junho, 2002.
- _____. *Plano Diretor Decenal da Cidade*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo, 1992.
- _____. *Lei Orgânica Municipal*. Rio de Janeiro, 5 de abril de 1990.
- SILVA, L.A.M. A política na favela. In: *Cadernos Brasileiros* (41), maio/junho 1967.
- SOUZA, M. A. *As cores de Acari*. Rio de Janeiro : FGV, 2001
- VALLADARES, L. P. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.